

Congresso resgata voto impresso e mantém veto a doação privada

Além das questões de reforma política, parlamentares confirmaram rejeição a critérios para reajuste de aposentadoria e analisaram outros três vetos



O presidente do Senado, Renan Calheiros (3º à esq.), preside a sessão do Congresso ao lado do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (2º à esq.)

Senadores e deputados concluíram, em sessão que durou 11 horas, o exame de vetos que tinham começado a ser analisados na terça-feira. Também foram votados quatro projetos de lei do Congresso, incluindo o que garante crédito para pagar aposentados do Fundo Aerus. **4 e 5**

- ▶ Eleições terão voto impresso após campanha sem financiamento empresarial
- ▶ Reajuste do mínimo não será aplicado a aposentadorias e pensões
- ▶ Bancos terão 15 dias para transferir depósitos judiciais a estados e municípios
- ▶ Setor têxtil pagará 2,5% sobre o faturamento
- ▶ Continua a cobrança do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

Limite para dívida da União vai disciplinar despesas, diz Levy

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, apoiou o PRS 84/2007, que, segundo ele, vai disciplinar as despesas do governo, evitando o endividamento excessivo. O substitutivo de José Serra limita a dívida líquida em 2,2 vezes a receita corrente líquida e a dívida bruta, em 4,4 vezes. **3**

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, apoiou o PRS 84/2007, que, segundo ele, vai disciplinar as despesas do governo, evitando o endividamento excessivo. O substitutivo de José Serra limita a dívida líquida em 2,2 vezes a receita corrente líquida e a dívida bruta, em 4,4 vezes. **3**



Ao lado de Delcídio (E), Levy defende em audiência projeto que limita dívida

Compra de bilhete aéreo pelo governo gera debate **7**



Proposta de Aécio não deve ter impacto financeiro significativo na seguridade social, segundo a relatora, Simone Tebet

Violência em marcha deve ser investigada **2**



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Pesquisadores pedem mais estímulo à ciência **7**

Vai a Plenário licença maior para mãe de prematuro

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto do senador Aécio Neves que amplia a licença-maternidade para

mães de filhos prematuros. O texto acrescenta ao período de 120 dias previsto na Constituição o número de dias que o bebê permane-

cer internado. A proposta teve parecer favorável da senadora Simone Tebet e ainda precisa ser aprovada pelo Plenário do Senado. **8**



Garibaldi (C) preside debate: preocupação com duplicação prevista na 3ª etapa do Programa de Investimentos em Logística

Concessionárias de rodovias terão financiamento, segundo o BNDES

As obras assumidas em contratos de concessão de rodovias terão recursos do BNDES para serem concluídas, garantiu o chefe do Departamento de Transportes e Logística do banco, Cleverson Aroeira. Ele participou de audiência na Comissão

de Infraestrutura, com representantes das concessionárias, da ANTT, do Dnit e do Ministério do Planejamento. No país, hoje, 61 empresas têm concessão para gestão de mais de 20 mil quilômetros de estradas federais e estaduais. **6**

Renan pede investigação sobre violência em marcha

Manifestação de mulheres negras foi atingida, segundo a deputada Benedita da Silva, por bombas. Polícias militar e federal devem investigar existência de armas em acampamento em frente ao Congresso

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, ouviu, em sessão do Congresso ontem, denúncia da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) de que bombas foram lançadas contra a Marcha das Mulheres Negras. Segundo a deputada, elas foram agredidas pelos manifestantes acampados no gramado em frente ao Congresso.

Renan disse que esse é um assunto muito grave e que vai pedir às polícias militar e federal que investiguem a existência de armas no acampamento. O presidente do Senado lembrou que existe um ato do Congresso para definir que uma ocupação desse tipo só pode ser feita com a anuência conjunta dos presidentes das duas Casas e que essa anuência não existe.



Confronto com manifestantes acampados marcou Marcha das Mulheres Negras

— Nós não concordamos com a ocupação, mesmo assim a ocupação se fez. O presidente do Senado sozinho não pode autorizar, como não pode também mandar que as pessoas sejam retiradas dali, tem que ser uma decisão conjunta do presidente da Câmara e do presidente do Senado. Eu vou conversar com o presidente da Câmara, deputado Eduardo

Cunha, mais uma vez, em função dos fatos novos acontecidos e da minha solidariedade às mulheres negras. Da minha parte, eu quero comunicar ao Congresso Nacional que eu vou pedir à polícia militar e à Polícia Federal para que investiguem a existência de bombas, de armas e que tomem as providências na forma da lei — disse Renan.

Comissão fará audiência sobre situação da mulher negra

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará audiência pública interativa amanhã, às 10h30, sobre a situação da mulher negra. A audiência contará com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Procuradoria da Mulher do Senado.

Para Regina Sousa (PT-PI), que sugeriu a audiência, é preciso tomar cuidado com o preconceito silencioso.

— Não se resolve o preconceito com uma lei. Isso

envolve todo um processo de educação e o debate faz parte desse processo — afirmou a senadora.

Foram convidadas para a audiência a deputada Benedita da Silva (PT-RJ); a secretária substituta de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Luciana Ramos; e a representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Maria das

Dores do Rosário Almeida.

Também estão na lista de convidados a ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia, Vilma Reis; e a coordenadora da Marcha Nacional das Mulheres Negras, Clátia Regina Vieira. Sônia Terra, presidente do Instituto da Mulher Negra no Piauí, completa a lista de debatedores.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Jovens senadores começam discussão de propostas



Os participantes do Projeto Jovem Senador 2015 começaram a discutir as propostas legislativas ontem. Os estudantes debateram proposições nas áreas constitucional, de meio ambiente e educação. Se aprovadas, as sugestões podem ser analisadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e transformadas em projetos de lei.

A primeira proposta dispõe

sobre o reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo de universidades. A ideia é facultar às instituições a decisão de considerar, como critério de seleção dos alunos, a participação em serviço voluntário, a obtenção de medalha ou menção honrosa em olimpíadas acadêmicas ou, ainda, destaque em concurso artístico.

A segunda proposta trata da obrigatoriedade da comprovação da procedência da madeira nativa usada em obras públicas. Na justificativa, a

comissão presidida pelo jovem senador Matheus Bacelar ressalta que “preservar as florestas é um dever que precisa do apoio de toda a comunidade”.

A disponibilização, pela Justiça Eleitoral, de espaço nos locais de votação para coletar assinaturas de apoio a projetos de lei de iniciativa popular é o tema da terceira sugestão.

A comissão aponta as dificuldades para a coleta e argumenta que a medida permitirá aos eleitores contribuir para a concretização de projetos relevantes.

“A melhor oportunidade está em aproveitarmos o momento das eleições, em que as pessoas estão munidas de sua documentação, facilitando o conhecimento e a adesão às iniciativas apresentadas”, diz o texto.

Ainda haverá outra sessão de discussão e aperfeiçoamento das propostas hoje. A votação final está marcada para amanhã, às 13h, no Plenário.



Meio ambiente e educação são temas abordados no Projeto Jovem Senador 2015

Código de Ciência e Tecnologia deve ser votado na próxima semana

AGENDA BRASIL

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, pediu que o Senado agilize a votação do projeto que cria o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

O PLC 77/2015 cria regras para permitir que as instituições públicas no Brasil exerçam com maior eficiência o papel de principais geradoras de conhecimento científico. A ideia é facilitar a aproximação do setor público com o privado em busca da inovação.

O projeto que tramita nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) deve ser apreciado na próxima quarta-feira no Plenário do Senado.

Renan disse que os avanços tecnológicos são fundamentais para garantir competitividade aos produtos brasileiros e se comprometeu a acelerar a votação do texto, que é um dos

itens da Agenda Brasil, pauta de propostas para retomar o crescimento do país.

O projeto estabelece que o poder público apoiará a criação de ambientes promotores da inovação, como incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, que terão as próprias regras para selecionar as empresas ingressantes.

Tanto os governos federal, estaduais e municipais quanto as instituições científicas e tecnológicas públicas e as agências de fomento poderão ceder o uso de imóveis para a instalação desses ambientes.

A proposta aumenta de 240 horas/ano para 416 horas/ano a quantidade de tempo remunerado dedicado a pesquisas por professores de instituições federais de ensino superior. E prevê que o pesquisador público docente sob regime de dedicação exclusiva poderá exercer atividades remuneradas de pesquisa na iniciativa privada.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Microdestilarias

8h A comissão analisa, em turno suplementar, substitutivo ao PLS 252/2011, que cria programa de microdestilarias de álcool e biocombustíveis, e mais 4 itens

CPI DO CARF Depoimentos

9h A CPI do Carf colhe o depoimento do sócio da Davos Energia Ltda., Alexandre Paes dos Santos, e do ex-conselheiro José Ricardo da Silva.

CMA Alta tensão em Goiânia

9h A comissão promove audiência interativa para discutir a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia.

CMO Reunião extraordinária

9h30 Reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento.

CCJ Eficiência no direito público

10h A comissão realiza audiência interativa para instruir o PLS 349/2015, que inclui na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público.

CRE Embaixadores

10h Sabatina de Carlos Alfonso Iglesias Puente, indicado para a embaixada na Tanzânia; de Antônio José Rezende de Castro, para a representação em São Vicente e Granadinas; e de José Humberto de Brito Cruz, para Marrocos.

CDH Audiências públicas

10h30 Audiência sobre a situação da mulher negra, com participação da Procuradoria da Mulher do Senado. Às 14h, o colegiado debate terceirização em Vitória.

PRESIDÊNCIA Prefeitos

11h30 Renan Calheiros preside sessão extraordinária. Às 12h30, recebe o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Marcio Lacerda.

JOVEM SENADOR Continuação

13h30 Continuidade dos trabalhos dos jovens senadores nas comissões.

PLENÁRIO Pauta trancada

11h30 Sessão extraordinária. Às 14h, sessão ordinária, com pauta trancada pela MP 688/2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Levy apoia emenda que limita dívida da União

Ministro da Fazenda considerou a proposta importante para disciplinar as despesas do governo, apesar das posições contrárias do Planejamento e do Tesouro Nacional

O MINISTRO DA Fazenda, Joaquim Levy, considerou “disciplinador” o projeto de resolução que fixa limite para as dívidas líquida e bruta da União. Levy compareceu ontem à audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o ministro, “apenas aumentar impostos, como tem sido feito nos últimos 15 a 20 anos”, não resolve. Levy considerou fundamental disciplinar as despesas do governo e avaliou que, com o PRS 84/2007, “o Senado, em boa hora, aponta essa direção”.

A posição surpreendeu Lindbergh Farias (PT-RJ).

— O Tesouro discorda dos números e estava contra o projeto. Conversei com o Banco Central e com o Ministério do Planejamento, que estavam contra. Parece que houve uma reunião de governo na Casa Civil para uma posição contrária ao projeto. Estou questionando porque não entendi — disse Lindbergh.

Levy manteve seu ponto de vista, ponderando que podem ser debatidos os números, que classificou como uma discussão técnica. Entretanto, considerou acertado dar “mais esse

passo na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”, incluindo a dívida bruta no controle.

Limites

Sancionada em 2000, a LRF estabeleceu um prazo de 90 dias para o presidente da República submeter ao Senado proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, estados e municípios.

O então presidente Fernando Henrique Cardoso enviou a proposta para o Senado, mas a Casa fixou os limites apenas das dívidas de estados e municípios.

De autoria da CAE, o PRS 84/2007, que fixa o teto para a União, foi desarquivado por iniciativa de José Serra (PSDB-SP), que se tornou relator da proposta e apresentou uma emenda incluindo o limite para a dívida bruta, que não constava da proposta original.

O projeto deve ser votado na próxima terça-feira. O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse esperar que até lá a comissão feche um acordo sobre o texto.

O representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na audiência, Otávio Ladeira



Joaquim Levy e Delcídio do Amaral em audiência na Comissão de Assuntos Sociais sobre limites às dívidas bruta e líquida

de Medeiros, considerou restritivos os limites estabelecidos por Serra — 2,2 vezes a receita corrente líquida (RCL) para a dívida líquida e 4,4 vezes a RCL para a dívida bruta.

Segundo ele, limites muito restritivos à trajetória da dívida e sem medidas estruturais “não passam uma mensagem de prudência para o mercado”.

— Pelo contrário, trazem preocupação e aumentam a percepção de risco da dívida.

Para Medeiros, nem mesmo a proposta de transição de 15 anos, contida no projeto, é su-

ficiente para mitigar os riscos. Ele apontou perigos também para a execução da política monetária pelo Banco Central.

Questionado por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sobre qual seria a proposta da STN para os limites, Medeiros disse que o Tesouro não tem esses números e citou os que constam da proposta original do governo, que são de 3,5 vezes a RCL para dívida líquida e de 6,5 vezes a RCL para a dívida bruta (valores definidos no Projeto de Lei 3.431/2000, que está na Câmara dos Deputados).

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Manoel Pires, também fez críticas à emenda.

Ele citou estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI) segundo os quais as regras de dívida não fortalecem o controle fiscal porque não atuam sobre as causas do descontrole.

O professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, da Unicamp, criticou a proposta sob o argumento de que “a definição de limite para a dívida consolidada bruta parte de entendimento questionável da relação entre política fiscal, monetária e cambial e de seus efeitos”.

Bastos disse que, sob pretexto de restringir o custo fiscal das políticas cambial, monetária e creditícia, o texto define metas fiscais “contracionistas e inviáveis”.

Segundo ele, mesmo que a meta fiscal pudesse ser alcançada, o risco de fracasso influencia o custo da dívida pública até 2030.

— Como a elevação do limite não é automática, o risco político amplia a percepção de risco financeiro. Na hipótese de rejeição da ampliação de limite, o custo financeiro não se limita a punir o governo, mas paralisa o Estado e pode provocar um pânico financeiro — afirmou.

FGV e José Serra negam possibilidade de engessamento

Durante a audiência, o economista José Roberto Afonso, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), defendeu a emenda de Serra ao PRS 84/2007 e contestou os argumentos de que ela engessaria a administração pública federal. Ele lembrou que, durante os primeiros cinco anos, a proposta aceita o aumento da dívida bruta (de 5,6 para 7,1 vezes a RCL) e da dívida líquida (de 2,2 para 3,8 vezes a RCL), “realismo frente à farra fiscal recente e às previsões ruins de juros e crescimento econômico”.

O economista acrescentou que, só entre o 6º ano e o 15º, ocorrerá uma queda para os limites de 4,4 vezes a RCL

(dívida bruta) e 2,2 vezes a RCL (dívida líquida).

Afonso foi um dos técnicos responsáveis pela elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo ele, é hora de “completar e federalizar a responsabilidade fiscal”.

Também defendeu o projeto o economista José Luís Oreiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que considerou a dívida pública brasileira muito alta para o padrão internacional. Segundo ele, um quarto da riqueza líquida nacional está alocado em títulos da dívida pública, contra parcela menor no Reino Unido (17,6%) e na França (15,9%).

O economista argumentou

que a redução da dívida pública trará benefícios para o crescimento de longo prazo da economia brasileira, pois permitirá a manutenção da taxa de câmbio num patamar competitivo. Assegurou também que a definição de um limite para a relação dívida bruta/receita corrente líquida, nos moldes da emenda de Serra, não exige a obtenção de superávit primários “draconianos” nos próximos anos nem é incompatível com a retomada do crescimento.

Após considerar a crise de hoje a mais grave já enfrentada pelo Brasil, Serra afirmou que o objetivo da emenda é assinalar um horizonte para

a economia no longo prazo e promover debate permanente da dívida e do déficit público. Para o relator, o projeto cria mecanismos de monitoramento dos gastos do governo.

Serra considerou um paradoxo a oposição da STN, que, segundo ele, contribuiu com a última versão de sua emenda. O senador ressaltou também a contribuição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

— Fizeram um documento com dez pontos, em que rebatemos cinco ou seis e absorvemos os outros quatro. Acho que chegamos num ponto correto de convergência de previsões daquilo que é razoável fazer no Brasil — disse.

Governo altera proposta orçamentária para incluir CPMF

O governo enviou na noite de ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) uma mensagem modificando a receita da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/15) para incluir a arrecadação com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A recriação do tributo está prevista em uma proposta de emenda à Constituição que tramita na Câmara dos Deputados (PEC 140/15).

De acordo com o texto encaminhado ontem, a previsão de arrecadação é de R\$ 32,2 bilhões se a PEC for aprovada

em dezembro e a cobrança começar em abril. Em contrapartida, a mensagem reduz a arrecadação com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em R\$ 8,2 bilhões, o que dá uma arrecadação líquida de R\$ 24 bilhões a ser incorporada nas receitas do projeto orçamentário.

Os valores arrecadados com a CPMF mudam conforme a data de promulgação da PEC. Se o texto for promulgado em fevereiro, por exemplo, a cobrança começaria em junho e totalizaria R\$ 18,5 bilhões em 2016.

A mensagem do governo será analisada agora pelo relator da Receita de 2016, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que deverá apresentar um novo relatório, em substituição ao apresentado há duas semanas. Ele não é obrigado a acolher os números do governo. A questão será definida entre o Executivo, Gurgacz e os integrantes da CMO, onde o parecer será votado.

Com o envio do texto, o prazo de apresentação de emendas ao relatório foi reaberto ontem e vai até sexta. A versão atual do relatório da receita

aponta um acréscimo de R\$ 31,4 bilhões na arrecadação federal para o próximo ano. Com isso, a receita primária líquida total da proposta, que exclui as transferências constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios, subiu de R\$ 1,18 trilhão para R\$ 1,21 trilhão.

No texto já apresentado na CMO, Gurgacz não concorda com a CPMF. Ele ressaltou que a PEC 140 enfrenta resistências para ser aprovada. Para o senador, o ajuste fiscal do governo deve priorizar cortes de despesas.



Cleverson Aroeira, Jorge Bastos, Garibaldi Alves Filho, Valter Casimiro Silveira, Ricardo Pinheiro e Felipe Borim Villen

BNDES garante recursos a concessionária de rodovia

Representante do banco garantiu financiamento para infraestrutura, durante audiência pública que discutiu o risco de corte de verbas para obras assumidas em contratos assinados nos dois últimos anos

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE rodovias receberam garantia de financiamento do chefe do Departamento de Transportes e Logística do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Cleverson Aroeira, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O debate, proposto por Acir Gurgacz (PDT-RO), Blairo Maggi (PR-MT) e Wellington Fagundes (PR-MT), foi motivado pelo risco de corte de recursos para obras assumidas em contratos de concessão de rodovias firmados nos últimos dois anos.

O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Ricardo Pinto Pinheiro, disse que o país tem hoje 61 empresas com contratos de concessão para gestão de mais de 20 mil quilômetros de estradas federais e estaduais. De acordo com Pinheiro, a preocupação do setor é com a duplicação de 4 mil quilômetros de rodovias da terceira etapa do Programa de Investimentos e Logística (PIL) do governo federal.

As empresas temem que faltem recursos para financiar as obras, comprometendo o cumprimento dos contratos de concessão.

— O BNDES tem recursos suficientes para infraestrutura, principalmente porque infraestrutura é e continuará sendo prioridade no rol de setores apoiados pelo banco — respondeu Aroeira.

A duplicação da BR-163 em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul está entre as obras em andamento, e a manifestação do dirigente do BNDES foi bem recebida por senadores que representam os estados.

— É isso que a gente espera do banco, porque não dá para falar em parar investimentos de infraestrutura que geram muitas outras soluções para o país — disse Wellington.

Waldemir Moka (PMDB-MS) questionou o fato de o valor do pedágio na BR-163 em Mato Grosso do Sul ser maior que o anunciado no leilão para duplicação da rodovia.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos, explicou que o valor do pedágio divulgado no momento do leilão é fixado muitos meses antes, ainda na fase de projeto. Quando a concessionária completa pelo menos 10% das obras e pode iniciar a cobrança, o valor está desatualizado, o que justifica, segundo ele, a revisão do preço do pedágio.

— Vamos alterar esse procedimento para colocar valores atualizados no leilão, de modo a não haver problema de interpretação — afirmou o diretor-geral da ANTT.

Os senadores também questionaram o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira, quanto a atrasos nos pagamentos de obras que estão sob responsabilidade

do órgão. Silveira informou que, na terceira etapa do PIL, o Dnit já investiu dois terços dos cerca de R\$ 3 bilhões previstos, mas reconheceu que cortes de gastos do governo federal comprometem a aplicação do restante. Ele disse que, como solução, está sendo negociada a passagem de contratos de concessão para a ANTT.

Bancos privados

Para Elmano Férrer (PTB-PI), bancos privados também deveriam financiar projetos de infraestrutura, como contrapartida aos seus altos lucros.

— Quero ver esses agentes financiarem projetos importantes para a infraestrutura, fundamental para o desenvolvimento do país — disse.

Mesmo reconhecendo restrições orçamentárias, Valter Casimiro e Jorge Bastos afirmaram aos senadores que o programa de concessão de rodovias segue o cronograma previsto e já apresenta resultados positivos, como a redução de acidentes nas estradas e a melhoria das condições de tráfego.

Felipe Villen, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentou informações sobre a próxima fase do Programa de Investimentos em Logística. Segundo ele, a nova etapa iniciou com o leilão para administração da Ponte Rio-Niterói e estão previstos investimentos em mais de 7 mil quilômetros de rodovias, em 14 estados.

Comissão sabatina hoje três indicados para embaixadas

Três indicados para embaixadas do Brasil devem ser sabatinados hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O diplomata Carlos Alfonso Iglesias Puente foi indicado pela Presidência da República para a embaixada brasileira na Tanzânia e, cumulativamente, nas ilhas Comores e nas ilhas Seychelles. O diplomata José Humberto de Brito Cruz foi indicado para o mesmo cargo em Marrocos. E o diplomata Antônio José Rezende de Castro, se aprovado pelo Senado, será embaixador do Brasil nas ilhas de São Vicente e Granadinas, no Caribe.

Também está na pauta da CRE o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 347/2015, que aprova o Tratado de Marakech para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades.

A relatora, senadora Marta

Suplicy (PMDB-SP), afirma que, na cerimônia de adesão dos países reunidos em Marakech ao acordo, recebeu, como representante do Brasil, homenagem do ministro das Comunicações de Marrocos, Mustafá Khalfi, pelo empenho para concretizar o projeto:

— Momento de emoção e grande importância histórica, que marca uma expressiva conquista das pessoas portadoras de deficiência visual, um problema que, ao impedir-lhes a leitura, compromete também seu desenvolvimento pessoal, o acesso à educação e, em consequência, ao mercado de trabalho.

Também será votado o PDS 383/2015, que aprova o tratado entre o Brasil e o Japão sobre a transferência de pessoas condenadas. O tratado foi assinado em 2014.

Veja na pág. 2 como acompanhar a sabatina e participar dela

Instalação de linha de energia em Goiânia é tema de audiência

As obras de instalação da linha de transmissão elétrica da subestação Carajás, em Goiânia, serão tema de audiência pública hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A obra chegou a ser interrompida no ano passado, mas, em maio deste ano, um termo de ajuste de conduta firmado entre o Ministério Público de Goiás com a Celg Distribuição, o município de Goiânia e a Agência Municipal de Meio Ambiente (Ammma) permitiu a continuidade.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), autor do pedido para o debate, alerta para o fato de que a instalação das linhas de energia pode resultar em “grave dano à saúde” aos habitantes da região.

— De acordo com os próprios moradores, há estudos

da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Nacional do Câncer que apontam a alta incidência de câncer em regiões próximas às linhas. A população de Goiânia precisa receber esclarecimentos definitivos da Eletrobras sobre a insistência da Celg em manter o projeto — cobrou.

Para debater o caso, estarão presentes o diretor de Transmissão da Celg Distribuição S.A., Humberto Eustáquio Tavares Correa; os integrantes do movimento Diga Não à Rede de Alta Tensão Marcelo Heleno Coelho de Souza, Maria Lúcia Cassiano e Flávio Augusto Corrêa; e um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A audiência terá início às 9h no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Presidente da CCT, o senador Cristovam Buarque (3º à esq.) diz que o PLC 77/2015, tema do debate de ontem, pode ajudar o Brasil a se tornar exportador não apenas de soja, mas também de conhecimento

Especialistas cobram incentivo para a ciência

Excesso de burocracia e falta de estímulo ao empreendedorismo foram algumas das críticas feitas por participantes de audiência pública promovida por duas comissões

PROFESSORES, PESQUISADORES E representantes da indústria cobraram ontem, em audiência pública no Senado, a aprovação de projeto que trata de estímulos ao desenvolvimento científico.

O PLC 77/2015 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que promoveu o debate em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Os participantes do encontro criticaram a burocracia dos processos de incentivo à pesquisa e afirmaram que é preciso criar no país um espírito empreendedor e um cenário em que a pesquisa seja incentivada.

Eles também pediram que os recursos destinados à ciência e à tecnologia sejam considerados prioridade e cobraram menos controle e mais liber-

dade para trabalhar nas universidades e nos laboratórios.

O professor Bergmann Moraes Ribeiro, da Universidade de Brasília, disse que um pesquisador tem de fazer “praticamente tudo”, desde tirar cópias a enfrentar fila de banco e lidar com questões contábeis. Para Ribeiro, “é muito trabalho nas costas do pesquisador”, o que termina atrapalhando a pesquisa.

A diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, registrou a queda do Brasil no ranking mundial da pesquisa Índice Global de Competitividade e Inovação 2015–2016, do Fórum Econômico Mundial.

— Caímos 18 posições e ficamos em 75º lugar — lamentou.

O senador Jorge Viana (PT-AC) explicou que o PLC 77/2015 regulamenta a par-

ceria das universidades com o setor privado e “coloca o Brasil no século 21, do ponto de vista da tecnologia e da inovação”.

Relator do texto, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o projeto não vai sofrer modificações, para que a tramitação não atrase e a proposta chegue logo à sanção. Segundo o senador, o projeto pode ajudar o Brasil a avançar e exportar, não apenas soja, mas conhecimento.

Compra de bilhete aéreo deve ter mais controle, aponta debate

A Comissão Regional de Desenvolvimento e Turismo (CDR) debateu ontem, em audiência, as novas diretrizes do Ministério do Planejamento para a contratação direta de companhias aéreas sem intermediação das agências de viagem. Adotada em 2014 pelo ministério, a medida é analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), que fiscaliza as contratações públicas.

Hélio José (PSD-DF) sugeriu o debate na comissão após ter sido procurado pela Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav).

— Nosso objetivo é tentar uma situação que não gere tanto desemprego e que garanta a transparência e preços realmente vantajosos à admi-



Hélio José (4º à esq.) coordena debate sobre normas do governo para compra de passagens sem intermediação de agências

nistração pública federal.

A contratação de passagens aéreas, como afirmou o titular da Selog, Frederico Julio Goepfert Junior, é peculiar e exige um controle diferenciado. A diretora de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Virgínia Bracarense, afirmou que havia

necessidade de maior controle sobre as atividades de pesquisa e emissão de bilhetes, com opções mais baratas.

Já o vice-presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens do Distrito Federal, Hugney Velozo, reclamou que as classes não foram ouvidas pelo ministério, que não levou

em conta as irregularidades apontadas. Para ele, a medida descumpra a Lei das Licitações e permite a formação de cartel.

Jonas Lima, advogado do Sindicato das Empresas de Turismo do DF, avalia que mais fatores devem ser levados em conta além da comparação de bilhetes no mesmo voo.

Comissão discute a segurança jurídica no país

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promove hoje, a pedido da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), audiência pública interativa para análise de projeto de lei que visa melhorar as regras editadas pelo poder público e os mecanismos de controle por parte da sociedade.

O autor do PLS 349/2015, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), argumenta que a proposta pode garantir maior segurança jurídica nas decisões tomadas pela administração pública.

Para ele, é preciso assegurar mais confiança, principalmen-

te para investidores, em relação a novas normas.

O PLS 349/2015 incluiu novos dispositivos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657, de 1942), estabelecendo que nenhuma decisão, nas esferas administrativa e judicial, seja tomada com base em valores jurídicos abstratos sem medir as consequências práticas da decisão.

Segundo o autor, os princípios que norteiam a proposta são a razoabilidade e a motivação das decisões administrativas e judiciais.

— São princípios que devem

ser observados para que uma decisão não acarrete prejuízos para a sociedade. As autoridades públicas devem ter em conta quais são as consequências do seu ato — afirma.

Anastasia avalia que o país vive momentos de muita incerteza e falta de previsibilidade e confiança, “o que significa menos investimento, menos emprego, mais inflação e mais atraso”.

A senadora Simone Tebet é a relatora do PLS 349/2015 e deverá apresentar o parecer após a audiência pública. Caso seja aprovada, a proposta poderá seguir diretamente para

a Câmara dos Deputados, pois a análise da CCJ tem caráter terminativo.

Foram convidados para a audiência o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski; o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Fabricio Leite; o procurador da Fazenda Nacional Arnaldo Godoy; o advogado e professor universitário no Paraná Egon Moreira; e o professor universitário e procurador do estado do Rio de Janeiro Alexandre Aragão.

Vitória analisa hoje projeto de terceirização

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que regulamenta a terceirização, será tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) hoje, às 14h, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em Vitória.

A audiência será presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que trata da Agenda Brasil. Serão ouvidos sindicalistas, advogados, juristas e estudantes.

Já foram realizadas audiências em Belo Horizonte, Manaus, Belém, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Boa Vista, Teresina, São Luís, Salvador, Brasília, Porto Velho, Rio Branco e Macapá.

De acordo com Paim, há mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados, que trabalham em média três horas a mais, recebendo 25% a menos pelo mesmo serviço que os contratados diretamente. Além disso, eles têm menos direitos garantidos e são mais expostos a acidentes de trabalho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Proposta determina que o período seja estendido pelo mesmo número de dias em que o bebê permanecer internado. Texto aprovado na CCJ precisa passar em Plenário

Mãe de prematuro poderá ter licença maior

A LICENÇA-MATERNIDADE, ESTABELECIDADA pela Constituição em 120 dias para todas as trabalhadoras, poderá ser ampliada no caso de partos prematuros. Proposta do senador Aécio Neves (PSDB-MG) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amplia esse período pelo mesmo número de dias em que o recém-nascido permanecer internado. A decisão do colegiado ocorreu um dia após a celebração do Dia Internacional do Prematuro.

Segundo Simone Tebet (PMDB-MS), autora de parecer favorável sobre o texto (PEC 99/2015), a licença só começaria a contar após a saída do prematuro do hospital. Como o tempo médio de internação costuma ser de 30 dias, a senadora não acredita em impacto financeiro negativo para a seguridade social. Ela informou que o número de prematuros corresponde a 10% do total de nascimentos.

Aécio resolveu apresentar a proposta ao acompanhar o sofrimento de mães



Simone foi a relatora do texto de Aécio (2º à dir), que foi discutido por Medeiros, Agripino e Cássio

que, como a esposa dele, tinham de se dividir entre os cuidados dos filhos prematuros e a pressão de ter de voltar ao trabalho antes da completa recuperação do bebê.

— Esse projeto é fruto de uma experiência pessoal intensa, que me fez ver de perto o drama de inúmeras mães onde meus filhos [gêmeos] estavam

internados. Eles ficaram mais de 60 dias em uma UTI — disse.

O senador contou a história de uma mãe que estava com a filha internada por três meses.

— Dois dias antes de deixarmos o hospital, a filha dela veio a óbito e ela veio nos dizer que iria voltar para casa sem a filha e sem o emprego.

Simone considerou um presente relatar a PEC 99/2015. Ela ressaltou que o objetivo do texto é preservar a saúde da criança, que apresenta menor peso, uma série de complicações e demanda maior tempo com cuidados.

— [A PEC] também tem um alcance social no que se refere à mãe, que sofre de forma dupla com a interrupção prematura da gestação e o cuidado excepcional com o filho fragilizado — afirmou a senadora.

José Medeiros (PPS-MT), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Ana Amélia (PP-RS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Alvaro Dias (PSDB-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiaram a iniciativa e cobraram a aprovação de projetos em tramitação no Congresso que estabelecem ampliação da licença-paternidade (hoje de cinco dias), o marco legal da primeira infância e o atendimento especial a mães de gêmeos. Aécio quer negociar um calendário especial para que a PEC seja votada em Plenário até o fim do ano.

Avança cadastro que favorece pessoa com deficiência

Os inscritos no Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência podem ser dispensados de apresentar provas adicionais para usufruir de benefícios em leis e atos normativos federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto com esse objetivo (PLS 333/2014), na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Cristovam Buarque (PDT-DF).

O texto, que segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(CCJ), estabelece que a inscrição no cadastro nacional será precedida da avaliação biopsicossocial da deficiência. Assim, no caso de inscrever-se em concursos públicos, por exemplo, a pessoa com deficiência não precisará comprovar novamente a condição. Se aprovada na CCJ, a proposta do ex-senador Pedro Taques seguirá à Câmara.

— Uma das maiores dificuldades é comprovar a deficiência cada vez que se pretende utilizar um serviço ou acessar um direito — destacou Cristovam, frisando que

a prévia inscrição no cadastro eliminará essa burocracia.

A CDH também aprovou a realização de audiências públicas. Uma delas, sugerida por Hélio José (PSD-DF), vai discutir políticas de prevenção ao suicídio. Por solicitação de Paulo Paim (PT-RS), a comissão deve fazer audiências para homenagear os 60 anos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e para discutir os autos de resistência à ação policial.

Telmário Mota (PDT-RR) pediu agilidade para que a CDH receba uma comissão de índios que acampam em Brasília para protestar contra a PEC 215/2000, que transfere ao Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas.

Também foi aprovada audiência sobre o PLS 1/2008, de Cristovam, que torna crime hediondo o acidente de trânsito com morte quando o condutor do veículo estiver alcoolizado ou sob efeito de substâncias análogas.

Deve acabar revista vexatória em visitas a adolescente internado

O fim da revista vexatória a pessoas que visitarem adolescentes infratores internados em unidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

Para o autor do projeto (PLS 451/2015), Eduardo Amorim (PSC-SE), “o que se observa nas unidades de privação de liberdade em todos os estados é a imposição de revista íntima aos visitantes, com desnudamento total, toque nas genitálias e esforços físicos repetitivos, inclusive em crianças, baseando-se na probabilidade de o visitante portar materiais, objetos ou substâncias proibidos”.

O senador considera esse tipo de abordagem “ineficaz” e limitadora do direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internados.

Para a relatora, Ana Amélia (PP-RS), “a revista vexatória viola o princípio da dignidade da pessoa humana e a garantia

de não submissão a tratamento desumano e degradante”.

Segundo a senadora, a revista íntima já vem sendo proibida nos presídios brasileiros. Nove estados já baixaram normas para livrar os visitantes do constrangimento de ter de ficar nu, saltar, agachar ou ter as partes íntimas inspecionadas.

O fim dessa prática também recebeu regulamentação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que, em 2014, baixou resolução determinando a substituição da revista íntima pelo uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio X, scanner corporal e outras tecnologias capazes de identificar armas, explosivos, drogas e outros objetos ilícitos eventualmente trazidos pelos visitantes.

O PLS 451/2015 será enviado agora à Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.



Telmário Mota pede que a comissão atenda índios que protestam em Brasília

Projeto que altera dispositivos do Código de Processo Civil vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 168/2015, que altera e revoga dispositivos do novo Código de Processo Civil (CPC — Lei 13.105/2015), com entrada em vigor prevista para 17 de março de 2016. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Blairo Maggi (PR-MT).

Ao justificar o PLC 168/2015, o deputado Carlos Manato (SD-ES) destacou o objetivo de “restabelecer e aprimorar a sistemática do juízo prévio de admissibilidade do recurso

especial e extraordinário, suprimida pelo novo Código de Processo Civil”. Os senadores pelo PSDB Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Aécio Neves (MG) concordaram com a necessidade de manter esse “filtro de admissibilidade” dos recursos especial e extraordinário nos tribunais estaduais.

— Eu considero que é urgente aprovar esse projeto porque o CPC vai entrar em vigor em março. Esse [a manutenção do filtro de admissibilidade de recursos nos estados] é o ponto central a ser aprovado — sustentou Aloysio.

Para o relator, “suprimir esse juízo de admissibilidade, como pretende o texto atual do novo CPC, é entulhar as cortes superiores com milhares de milhares de recursos manifestamente descabidos”.

Quanto a outras mudanças, uma delas pretende alterar a ordem cronológica de julgamentos de obrigatória para preferencial. Na sequência, o projeto tenta impedir que sejam sacados valores pagos a título de multa antes da decisão definitiva da ação. Manato alertou para o perigo do saque

antecipado da multa, observando que a recuperação desses valores — caso haja uma reversão do julgamento na instância extraordinária — poderia se tornar inviável materialmente.

Entre as revogações postuladas, está dispositivo que possibilita aos tribunais superiores adotarem o voto eletrônico no julgamento de recursos e processos que dispensam sustentação oral.

Se o texto da Câmara se mantiver inalterado durante a análise pelo Plenário do Senado, seguirá direto à sanção presidencial.